

Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso Relações Internacionais

**AS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A UNIÃO EUROPÉIA E A
QUESTÃO DAS BARREIRAS COMERCIAIS**

JOQUEBEDE MARIA PESSOA

JOQUEBEDE MARIA PESSOA

**AS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A UNIÃO EUROPÉIA E A
QUESTÃO DAS BARREIRAS COMERCIAIS**

BANCA EXAMINADORA:

**Prof: Alaor Silvio Cardoso
(Orientador)**

(Membro)

(Membro)

Brasília, 2004

JOQUEBEDE MARIA PESSOA

**AS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA UNIÃO EUROPÉIA E A
QUESTÃO DAS BARREIRAS COMERCIAIS**

Monografia apresentada no Centro
Universitário de Brasília como um dos
pré-requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Brasília, 2004.

Dedico, principalmente e antes de tudo aos meus amados pais, pois com apoio, carinho, amor e dedicação estavam sempre se fazendo presentes, não me deixando desistir mesmo em meio às lutas e provações na alegria ou turbulências sempre estando comigo. E também a minha família, meu namorado pela força e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão desta monografia a Deus, que me deu oportunidade de chegar até aqui, pois, sem ele nada seria. Aos meus pais, José Jorge Pessoa e Maria de Lourdes Patrício Pessoa, que sempre me apoiaram. A minha irmã Patrícia Maria Pessoa, que sempre me ajudou de forma direta e bem participativa. Aos meus irmãos que sempre me incentivaram me dando força, a Loreen que também me auxiliou, ao meu querido namorado Ennio por me proporcionar momentos de tranquilidade, força e pela sua compreensão nos momentos de angústia. Ao meu orientador prof. Alaor Silvio Cardoso por compartilhar de sua experiência e conhecimento comigo.

ÍNDICE

• Dedicatória.....	IV
• Agradecimentos.....	V
• Lista de Gráficos e Tabelas.....	VII
• Siglas.....	VIII
• Resumo.....	IX
• Abstract.....	X
• 1 – INTRODUÇÃO.....	1
• 2 – Problema.....	5
• 3 – Metodologia.....	5
• 4 - UNIÃO EUROPÉIA HISTÓRICO.....	6
• 4.1 Instituições.....	8
• 4.2 Parlamento Europeu.....	8
• 4.3 Conselho de Ministros.....	9
• 4.4 Conselho Europeu.....	9
• 4.5 Comissão Europeia.....	10
• 4.6 Tribunal de Justiça e Tribunal de Primeira Instância.....	10
• 4.7 tribunal de Contas.....	11
• 4.8 Política Agrícola Comum.....	11
• 5- REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
• 5.1 David Ricardo.....	17
• 5.2 Hecksher-Ohlin.....	17
• 5.3 Teoria da Política Comercial.....	20
• 6- BRASIL E UNIÃO EUROPÉIA.....	23
• 6.1 Relações Comerciais entre Brasil e União Europeia.....	26
• 6.2 Acordo Quadro de Cooperação Inter regional U.E Mercosul.....	27
• 6.3 Comércio União Europeia e Mercosul.....	29
• 6.4 As Barreiras comerciais Impostas às Exportações do Mercosul.....	30
• 6.5 Barreiras Não tarifárias.....	34
• 7- CONCLUSÃO.....	35
• 8- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	38
• 9- ANEXOS.....	40

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

• Gráfico 1- Exportações e Importações Européia no comércio com o Brasil.	
• Gráfico 2 – Exportação por Bloco Econômico Jan/ 2002.....	51
• Gráfico 3 - Participação da Importação no PIB do Brasil 1990 / 2004.....	52
• Gráfico 4 - Participação % das Exportações no PIB do Brasil 1990/ 2004..	53
• Gráfico 5 – Intercâmbio Comercial Brasil/União Européia.....	57
• Tabela 1 - Composição do comércio U.E / Brasil 1998.....	30
• Tabela 2 - Tarifas Impostas pela U.E aos Prod. Export. pelo Brasil / Mercosul..	32
• Tabela 3 - BNT, Impostas pelas U.E às Imp. Provenientes do Brasil.....	33
• Tabela 4 – Exemplos de Barreiras às Exportações Brasileiras pela U.E.....	35
• Tabela 5 – Intercâmbio comercial Brasil / U.E.....	40
• Tabela 6 –Comércio Exterior do Brasil do Brasil (US\$ Milhões FOB).....	41
• Tabela 7 – Participação Brasileira no Comercio Internacional 1980 / 2001 (US\$ Milhões).....	42
• Tabela 8 – Principais Mercados Fornecedores no Brasil Jan. / Dez.2004.....	43
• Tabela 9 – Principais Merc. de destino das Exp. Variação % Jan./ Dez.2004..	44
• Tabela 10 – Principais Prod.Exp. Partic. % na Pauta Jan. / Dez. 2004.....	45
• Tabela 11 – Principais Produtos Exportados para U.E 2003.....	46
• Tabela 12 - Exportação Brasileira para U.E no Ano de 2002.....	47
• Tabela 13 – Desempenho das Exportações Jan. / Dez. 2004.....	50
• Tabela 14 – Intercâmbio Brasil / União Européia.....	54
• Tabela 15 - Exportação Brasileira para União Européia.....	55
• Tabela 16 – Impor.Brasileira Originárias da E.U por Principais Grupos de Produtos 2002 / 2004.....	56

LISTA DE SIGLAS

AUE – Ato Único Europeu
ACP – Países da África, Caribe e Pacífico.
ALICE - Análise Estatística de Comércio Exterior
BNT- Barreiras Não - Tarifárias
BEI - Banco Europeu de Investimento
CE - Comunidade Européia
CEE - Comunidade Econômica Européia
CCA - Comunidade do Carvão e do Aço
COREPER - Conselho de Representantes Permanentes dos Estados Membros de Bruxelas
ECU - European Currency Unit, cesta de moedas dos estados da Comunidade Européia.
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FOB - Free on Board
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FAO- Food Agriculture Organization
FAOSAT – Food and Agriculture Statistic Database.
GATT - Acordo Geral de Comércio e Tarifas
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
O.C.M - Organização Comum de Mercado
OMC - Organização Mundial do Comércio
PAC - Política Agrícola Comum
SGP - Sistema Geral de Preferência
SECEX - Secretária de Comércio Exterior
SH - sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias
SYSMIN- System of Stabilization of Export Earning in the Mining Sector
STABEX- System of Stabilization of Export earning in Commodities
UE - União Européia
UEM - União Monetária Européia

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo analisar as exportações do Brasil para União Européia, demonstrando sua potencialidade no comercio internacional. As relações comerciais existente entre Brasil e a União européia são importante e a questão das barreiras comerciais (tarifárias e não-tarifárias) impostas pela União Européia aos Produtos Brasileiros, também é analisado, pois, o Brasil tem muitos produtos que apresentam vantagens comparativas, mas que são barradas devido ao protecionismo imposto pela U.E.

ABSTRACT

This assignment has like a propose to analyze the exporting from Brazil to European Union The Following paper, that has as main objectives to analyses Brazilian export to European Union's with demonstrations of potentials the international trade. The very business relationships between Brazil/Mercosul and European Union's are very matter of the trade obstructions like (tariff and non tariff) against the Brazilian products by European Union's is observed too therefore the brazil have a lot of Products with comparative advantages, the entry into the European Union's have some barriers because of the protectionism.

1. INTRODUÇÃO

Observa-se o crescimento do comércio internacional e sua importância como personagem propulsor de desenvolvimento econômico. Pode-se dizer que há um novo estado de espírito e uma abordagem mais pragmática e menos ideológica da importância de países na economia mundial.

Pode-se dizer que a economia brasileira apresenta hoje um padrão geral de comércio onde, pelo lado das exportações, ramos de manufaturados e semifaturados intensivos em recursos naturais e energia apresentam forte competitividade e expansão.

Conforme ressalta Cardoso, Alaor (2003) - “Nas últimas décadas houve um grande crescimento das exportações mundiais . Em 1950, o total das exportações mundiais foi de US\$ 57,2 bilhões e alcançou cifra de US\$ 6.064 bilhões em 2001. No entanto, as exportações brasileiras, subiram de US\$ 20,1 bilhões em 1980 para somente 60,4 bilhões em 2002 indicando assim um percentual muito baixo, ou seja, menos de 1% nos últimos 22 anos”, conforme a tabela 5.

Em 2003, a balança comercial brasileira mostrou resultados excelentes, com superávit de US\$ 24.825 milhões que representou um crescimento de 89% em relação ao superávit de US\$ 13.121 milhões de 2002. Esse resultado decorreu de condições externas extremamente favoráveis e de uma taxa de crescimento das importações modesta que, em parte, resultou da recessão doméstica.

De acordo com dados da OMC houve uma recuperação do comércio mundial em relação aos anos anteriores. Embora, ainda, inferior à média do período 1995-2003, o crescimento real do comércio internacional foi de 4,55% e o crescimento nominal das exportações de bens foi de 16% alcançando US\$ 7,3 trilhões de dólares. Essa diferença deve-se aos efeitos do aumento do preço do commodities e de mudanças na taxa de câmbio.

De acordo com a tabela 4 o crescimento das exportações brasileiras para a União Européia que cresceu 19,78% de US\$ 15,11 bilhões em 2002 para US\$ 18,10 bilhões em 2003. Os produtos básicos tiveram crescimento de 24,9%, os produtos semifaturados de 22,0% e os produtos manufaturados 20,0%.

Isto mostra os bons resultados dos investimentos feitos no setor de agricultura e pecuária, que fizeram do Brasil um dos maiores exportadores mundiais desses produtos - as exportações de produtos agrícolas e de pecuária cresceram 29,2% entre 2002 e 2003 e o saldo comercial nesses produtos aumentou 32,1%.(dados da Secex-MDIC).(ver anexo tabela 12)

Em 2004 a balança comercial registrou superávit de US\$ 25.256 milhões, sendo o melhor alcançado no comércio exterior brasileiro. Neste período as exportações alcançaram a cifra recorde de US\$ 74,079 milhões, tendo contribuído para esse resultado, de forma destacada, as exportações de produtos manufaturados, no valor de US\$ 40,074 milhões, além dos produtos básicos e semifaturados.

Atualmente a União Européia é o maior mercado de produtos brasileiros.

Às exportações do Brasil para U.E. não têm evoluído por causa da Política Agrícola Comum (PAC – Medida de protecionismo da U. E para proteção de produtos agrícolas).Na verdade essa política comercial européia é bastante discriminatória segundo os parceiros comerciais e os produtos, de acordo com a “hierarquia de preferências”.¹ Portanto a condição de acesso das exportações de um determinado produto de um país à U.E.vai depender de sua posição nesta “hierarquia de preferências”.

¹ Esta hierarquia ou pirâmide de preferências resulta de inúmeros acordos comerciais preferenciais assinados pela U.E.com seus parceiros comerciais. Mais informações, ver Castilho (1999).

O Brasil, desde julho de 1994, quando foi implantado o plano real, mudou muito e a estabilização econômica teve um impacto positivo, com a abertura econômica, resultando em crescentes importações. As exportações brasileiras somaram US\$ 198,3 bilhões no período de 1995-1998, atingindo em 1997 um pico de US\$ 53 bilhões, conforme a tabela 6.

De acordo com dados obtidos por meio do sistema Alice-web² (M.D.I. C) em 2002 cerca de 25% das exportações brasileiras foram destinados para o bloco europeu, no valor de US\$ 15,1 bilhões conforme o gráfico 2. Portanto, as vendas brasileiras com destino ao mercado europeu, tiveram crescimento significativo no ano de 2002.

Pode-se dizer hoje, que a União Européia é um dos blocos econômicos bem mais sucedidos, principalmente em relação à sua produção agrícola, que foi da escassez para a excedente. Grieco³, diz que diversos estudos consideram a união Européia o primeiro parceiro comercial mundial.

A Europa sofreu muito em consequência das 1ª. e 2ª. guerras mundiais, porém os países membros da U.E conseguiram superar uma situação de nacionalismo exacerbado e escassez de alimentos, sucumbindo, assim à importância de implementar as relações entre as regiões e de constituir uma área de livre comércio. Hoje todas as dificuldades foram superadas e no panorama mundial a U.E é o bloco econômico mais bem sucedido.

² Alice-Web= sistema de análise de informações do Comércio exterior da Secretaria de comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior(MDIC) é um programa de acesso a dados estatísticos das exportações e importações brasileiras, atualizado mensalmente , quando da divulgação da balança comercial, e que tem por base os dados obtidos a partir do sistema integrado de comércio exterior (SISCOMEX), sistema que administra o comércio exterior brasileiro(Sítio mdic; www.mdic.gov.br)

³ - O Brasil e a Nova Geopolítica Européia, p.31.

Num primeiro momento esta trabalho busca apresentar um histórico sobre a constituição, formação e ampliação da União Européia, descrevendo de forma sucinta suas políticas comerciais e agrícolas e suas contribuições positivas ou negativas ao comércio internacional. Do bloco subsidiariamente, será feita uma pequena análise sobre as relações comerciais Brasil - União Européia.

Em um segundo momento é colocado em questão o problema a ser analisado, que é a influência das barreiras tarifárias e não tarifárias aplicada pela União Européia nas exportações brasileiras.

Em um terceiro momento é analisada a principal teoria econômica juntamente com seus respectivos economistas como Adam Smith, com sua teoria da vantagem absoluta no qual diz que cada país deve se especializar na produção e na exportação de bens que, cuja produção for mais eficiente, ou seja, aqueles que consomem o menor número de horas de trabalho. Além de Smith, David Ricardo com sua Teoria das Vantagens Comparativas. Para ele se um país é mais eficiente na produção de dois bens, pode ser que ele seja mais eficiente na produção de apenas um deles, ou seja, esse país deverá se especializar na produção daquele produto produzido com maior eficiência, além dos mesmos citados Heckscher Bertil Ohlin, Paul Samuelson entre outros.

2. Problema

Analisar a influência das barreiras tarifárias e não tarifárias aplicadas pela União Européia nas exportações brasileiras.

3. Metodologia

A metodologia adotada neste projeto para que se alcance os objetivos propostos provém de fontes secundárias: pesquisa em livros, publicações nas áreas de relações internacionais, comércio exterior, jornais e sites da internet.

Também foram utilizados documentos e sites oficiais do governo brasileiro e seus diversos órgãos: Ministérios das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Vale ressaltar que os dados comerciais que também foram utilizados para elaboração de tabelas e gráficos foram extraídos oferecidos pelo sistema de informação agrícola da FAO, a FAOSAT e também do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio exterior.

4. União Européia Histórico

A criação da União Européia veio para trazer benefícios aos países europeus, garantindo a eles subsídios para que seus produtos pudessem ter mercado garantido internamente. Mas para proteger ainda mais a sua economia agrícola, a União Européia criou a Política Agrícola Comum. Esta política dá meios aos produtores para que estes possam dar aos seus produtos maior competitividade e qualidade.

O processo de integração foi essencial para que acontecesse a criação da U. E, pois ocorreu em áreas semelhantes desde o ponto de vista da dimensão geográfica, regime político, nível sócio econômico e cultural herança histórica. Todos os países, pois têm um mesmo objetivo e interesse de constituição de uma identidade regional e de implementação econômica frente a um mundo mais competitivo. Segundo Sérgio Saba⁴ tais características, juntamente com os longos períodos de conflito, foi capaz de acentuar o “europeísmo” e o pragmatismo formado por um sentimento de um destino europeu comum, cujas raízes remontam à própria idéia de Europa (... como individualidade capaz de assinalar homogeneidades.).

A União Européia nasceu a partir da entrada em vigor do Tratado de Maastricht. Em 1944, criou-se a BENELUX que foi a união entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, cujos governos defenderam a integração por meio de um livre comércio, uma harmonização da política aduaneira entre membros, livre circulação de mercadorias e criação da TEC para terceiros países.

Ainda em 1952 criou-se a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela França, Alemanha Federal, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos. Esta comunidade eliminou para o carvão e minério de ferro, todas

⁴ - Sérgio Saba. História e política da Integração no continente Europeu in União européia.

as restrições representadas por direitos aduaneiros entre os países participantes e implantou uma tarifa comum para os outros países não-participantes.

Não obstante, de 1957 a 1995 a “Europa dos Seis” , como era chamado, transformou-se em “Europa dos quinze” com a incorporação da Grã Bretanha, Irlanda e Dinamarca (1973); Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986) Austrália, Finlândia e Suécia (1995).

Outra evolução importante foi à entrada em vigor, em 1987, do Ato Único Europeu, que estabeleceu as bases para a criação em 1992, do mercado único europeu. O AUE tinha por objetivo a livre circulação de mercadorias, mão-de-obra, serviços e capitais e tudo aconteceu em 1 de janeiro de 1993.

Em 1992, foi assinado o Tratado da União Européia ou Tratado de Maastricht, que objetivava a aceleração de integração econômica e monetária e estabelecer políticas comuns aos Países associados, e a previsão de uma moeda única e estável (EURO).

Em 1 de janeiro de 1999 foi iniciada a terceira fase da União Monetária Européia (UEM), com a introdução da moeda única o euro em onze países participantes: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Irlanda, Austrália e Finlândia. Reino Unido, Dinamarca e Suécia optaram por não participar, pelo menos inicialmente, da “zona euro”.

Ao passo que Grécia, simplesmente foi excluída da primeira vez, por não atender às exigências e critérios estabelecidos pelo tratado de Maastricht para adesão ao euro. Em junho de 2000 a adesão da Grécia foi aceita pelo Conselho o que seria concretizada em janeiro de 2001.

A princípio o EURO convivia com as moedas nacionais dos países participantes em caráter escritural, ou seja, estaria restrito às transações

bancárias e às bolsas de valores. As notas e moedas em euro só entraram em circulação em janeiro de 2002 e várias têm sido as vantagens apontadas da moeda única: a eficiência microeconômica e condições mais favoráveis ao aumento de investimentos; a promoção da estabilidade dos preços; o saneamento das contas públicas; o incitamento à disciplina orçamental; e, por último, a criação de uma moeda capaz de competir com a moeda norte-americana.

Com a abertura de uma nova etapa em 1998, que seria na ampliação da U.E foi lançado no início de 2000 uma conferência intergovernamental sobre a reforma das instituições comunitárias que teve como objetivo permitir o funcionamento futuro da U. E ampliada. Então em abril de 2003 foi assinado na cúpula de Atenas o tratado que ratificava a entrada de 10 países no bloco europeu a partir de 2004 o que foi concretizado em 1 de maio de 2004. Essa adesão significou um aumento de 4% no PIB da U.E.

Em maio de 2004 a União Européia recebeu a adesão de mais 10 países. O que antes era composto por: Alemanha, Grã-Bretanha, Irlanda, França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Suécia, Finlândia, Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Áustria e Luxemburgo, agora conta com: Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Lituânia, Letônia, Estônia, Chipre e Malta tal expansão significa um crescimento de 4% na economia da União Européia.

4.1. Instituições

4.2. Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é formado por representantes do povo e sua sede é em Estrasburgo. Tem funções de supervisão e de assessoramento e poder de decisão sobre alguns temas. O Parlamento possui um regulamento próprio, ou seja, lhe foi conferida autonomia na organização de suas atividades. Os

parlamentários que são eleitos de forma direta se organizam por afinidade política e não por nacionalidade e para uma decisão ser aceita a maioria deles ou pelo menos um terço dos membros tem que aprovar.

Depois da entrada do Ato Único o parlamento atribuiu a prerrogativa de emitir parecer favorável em relação às decisões tomadas pelo conselho e em procedimento de cooperação e abrigar o conselho além de levar em conta as alterações parlamentares por maioria absolutas quanto às decisões que são consideradas comuns.

4.3. Conselho de Ministros

O conselho de ministros é formado pelos ministros dos Estados membros e é composto por 25 representantes, ou seja, um membro para cada Estado. O conselho tem a função de coordenar e de legislar sobre as políticas econômicas gerais e tem poder de decisão para aprovar as regras consideradas básicas da união, ou seja, regulamentos, diretivos e decisões. Sua sede é em Bruxelas. O conselho é assistido pelo (COREPER) Conselho de Representantes Permanentes dos Estados Membros em Bruxelas.

4.4. Conselho Europeu

O Conselho Europeu é constituído por chefes de Estado ou Governo dos países membros, mas não é caracterizado como Organização Internacional, Além do mais não tem personalidade jurídica de direito internacional público por ser um foro de cúpula da União Européia.

Dentre suas principais atividades pode-se citar a implementação da segurança da paz da União Européia, ou seja, fazer progredir a união e desbloquear assuntos particularmente difíceis, além de abrir cominho para cooperação internacional.

4.5.Comissão Européia

A comissão Européia é o único órgão executivo da União e tem origem na salta autoridade da CEECA, prevista no Tratado de Paris de 1951 e que assim como o Conselho de ministros, a comissão é um órgão único.A comissão é composta por 20 membros, com mandatos de 5 anos podendo ser renovado.

A comissão tem por função assegurar, que os interesses com vistas ao bom funcionamento e progresso do Mercado comum e União Econômica Monetária sejam respeitadas. Tal função lhe garante três atribuições distintas. A primeira delas está relacionada ao seu poder de iniciativa no controle de aplicação do direito comunitário. A segunda atribuição, a função executiva, sr refere às regras diretivas e decisão dos tratados comunitários. A terceira e última atribuição de regras as empresas publicas e a supressão de medidas restritivas ap comércio intrabloco.

É importante ressaltar que seus membros ficam de certa forma proibidos de exercerem quaisquer outras atividades profissionais remuneradas, ou seja, tendo que cumprir seu mandato com toda honestidade e descrição possível. E eles só podem ser desligados de seu cargo, por termino de mandato, morte do membro ou demissão voluntária.

4.6.Tribunal de Justiça e Tribunal de Primeira Instância

O Tribunal de Justiça tem por objetivo garantir o respeito à aplicação e interpretação dos tratados comunitários e é um órgão único. O bom funcionamento

dos Estados membros e das comunidades, assim como na proteção jurídica dos indivíduos foi fundamental para que o Tribunal de justiça tivesse então uma grande participação em sua evolução e na consolidação do direito comunitário existente.

Suas competências e objetivos seria solução de litígios entre os Estados, entre as comunidades, entre as instituições e entre os particulares e a comunidade e por último fazer pareceres sobre acordos internos.

Em relação ao Tribunal de 1 Instância, criado devido ao aumento da demanda no Tribunal de Justiça e com o objetivo assegurar o duplo grau de jurisdição no âmbito das comunidade, suas atividades tiveram início em 1 de novembro de 1989. Suas competências são aquelas atribuídas ao Tribunal de Justiça incluindo também recursos apresentados por particulares em matéria de litígios sobre contratos estabelecidos pela comunidade e, assim como o mesmo, é composto por 15 juízes que entre si elegem o presidente com um mandato de 3 anos.

4.7. Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas é chamado de órgão de fiscalização do orçamento das comunidades. Sua função é a de fiscalizar as receitas e despesas da comunidade, garantindo assim a boa gestão financeira e a regularidade das receitas.

A sua fiscalização é de caráter permanente feita com base em documentos e se necessário juntamente com as instituições em se próprio local e com qualquer organismo criado que gere receitas ou despesas em nome da comunidade.

4.8. Política Agrícola Comum (PAC)

Desde o início da integração, a política agrícola vem sendo de caráter protecionista, ou seja, criada principalmente para fazer a proteção dos produtos agrícolas, esta política é a que gerencia a entrada e saída dos produtos dos países – membros deste bloco econômico.

Consubstanciada no Tratado de Roma e entrando em vigência em 1962 a PAC tem como objetivo incrementar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida eqüitativo da população agrícola, estabilizar os mercados, garantir a segurança dos estabelecimentos, assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores, dentre outros.

Ela é considerada uma das mais importantes áreas de intervenção política da União Européia, tanto por deter 50% do orçamento da União Européia como por se aplicar a um grande número de pessoas e territórios.

Além dos objetivos já citados anteriormente a PAC é caracterizada por três princípios importantes: a preferência comunitária, que garante preferência a produtos da própria União Européia frente a produtos importados; um mercado unificado, que implica na livre circulação dos produtos agrícolas no território da União; e, por último, o princípio da solidariedade financeira que se refere ao Orçamento a garantir a aplicação da PAC se pautando todos os gastos e despesas.

Com a finalidade de garantir que tais objetivos e princípios fossem aplicados o Tratado da Comunidade Européia prevê a criação de uma Organização Comum de Mercado (OCM) que pode assumir algumas formas conforme os produtos. As formas são os seguintes: regras comuns (tratando-se de concorrência); coordenação obrigatória das diversas Organizações Nacionais de mercado; e organização de mercado.

A política agrícola já chegou a representar cerca de 70% do orçamento comunitário. Em 1991 este índice chegou a 58% e hoje é de cerca de 50%. Para tanto em 1962 foi criado o fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) que tinha como objetivo o financiamento da PAC. Este fundo é dividido em duas seções: a primeira seção garantia e financiava toda e qualquer despesa das Organizações Comuns do Mercado; a segunda, seção está relacionada às ações contratuais tais como construção de estradas, vacinas e outros.

Vale ressaltar que a PAC tem alguns aspectos negativos que afetam as exportações de terceiros países. Devido aos pesados subsídios às exportações dos excedentes agrícolas, a PAC acaba acarretando distorções no comércio internacional. Porém assim como é feito na União Européia, países como o Brasil e boa parte dos países em desenvolvimento tem suas exportações prejudicadas.

No que se diz respeito à competitividade a U. E tem obtido êxito. Fazendo uma retrospectiva, observamos que em 1962, a PAC buscava principalmente uma tarifa externa comum e fazer com que seus países tivessem uma preferência pela produção comunitária. Porém em 1992; quando houve a reforma da PAC, seus objetivos se moldaram para a proteção da agricultura comunitária, o reembolso às exportações e preços de intervenção.

Suas quatro grandes fases resumidamente foram: (1962-1972) estabelecimento de suas bases; (1973-1983). Os defeitos da PAC tornaram-se visíveis; (1983-1991) houve a tentativa de reduzir sua carga Orçamentária e em 1992 a consolidação de sua ampla reforma e redução de gasto agrícola.

Com essas reformas da PAC, os agricultores da U. E, ficaram compensados pelo novo sistema adotado, que estabelecia ajudas as suas rendas quando ocorresse a perda de receitas ocasionadas por recortes ou retiradas de terceiros de produção.

Em 1947 foi firmado um Acordo Geral de tarifas de Comércio (GATT), numa tentativa de evitar o protecionismo que caracterizava as relações comerciais no período entre guerras. Seu principal objetivo era a construção de uma estrutura multilateral para o comércio internacional. Como a União Européia não teve capacidade de oferecer uma proposta aceitável criando o impasse nas negociações do GATT e a altos gastos com a agricultura, levaram uma nova reforma da PAC em 1991.

Nesta reforma seriam abrangidos pontos tais:

“Os preços e garantias oferecidos pelos mecanismos de proteção, intervenção e apoio favorecem o crescimento da produção em ritmo superior ao de absorção, o sistema liga o apoio à quantidade produzida e favorece a intensificação dos métodos de produção; o apoio se concentra nas grandes explorações e nas mais intensivas e o poder de compra dos agricultores não melhorou apesar da população agrícola ter diminuído”.⁵

Uma última reforma foi a Agenda 2000, proposta em julho de 1997 com vista o futuro alargamento. A agenda 2000 pretende abordar medidas quanto às implementações da competitividade dos produtos agrícolas no mercado doméstico e mundial. A estratégia da U.E para as negociações agrícolas se baseia na agenda 2000, pois segundo seu ideal protecionista os interesses da União Européia nesta rodada seriam tratar aspectos tão somente, não comerciais da agricultura, uma vez que a agricultura também desempenha outras funções como preservação animal e ambiental.

Analisando melhor pode-se notar que nenhuma reforma foi feita no sentido de eliminar ou ao menos minimizar os entraves à importação de produtos agrícolas. Os subsídios mantem-se inalterados e os maiores prejudicados por este lado protecionista e pela falta de uma revisão concreta da Política Agrícola

⁵ - THORSTENSEM, Vera. Tudo Sobre Comunidade Européia, p.64.

Comum são os países, que como o Brasil e boa parte dos países membros do MERCOSUL, dependem do comércio agrícola para impulsionar suas economias. O excesso de oferta, consequência dos subsídios à produção tem derrubado os preços no mercado internacional, com grandes perdas para os agricultores do mundo em desenvolvimento.

A União Européia assumiu os compromissos de redução de subsídios agrícolas, que são um entrave ao processo de liberalização comercial e até mesmo de uma área de livre comércio entre a União Européia e o MERCOSUL.

Finalmente o protecionismo cresce em sua importância a medida em que os acordos de liberação comercial citados anteriormente são estabelecidos, podendo assumir a forma de proibição de entrada no país de determinado produto, tarifas, quotas, mecanismo relatórios e subsídios. O efeito que se busca é estímulo à produção por meio da redução da competitividade do produto importado.⁶

⁶ - BARRAL, Welber Oliveira. O Brasil e o Protecionismo. São Paulo. Aduaneiras, 2002.

5. Referencial Teórico

É através das teorias do comércio internacional e da integração econômica que se pode entender melhor sobre o comércio entre Brasil e União Européia. As teorias do comércio internacional nascem com os Estados Modernos e a própria ciência no período do Mercantilismo. À medida que foi aparecendo a industrialização surgiu também a teoria das Vantagens absolutas de Adam Smith posteriormente a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo na qual diz:

“Se um país é mais eficiente na produção de dois bens, pode ser que ele seja relativamente mais eficiente na produção de um deles. Esse país deve se especializar na produção e exportação da mercadoria que produz com maior eficiência”.

O estudo do comércio internacional e das finanças está entre as marcas de especialização mais antigas, onde podemos destacar alguns estudiosos como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e outros que graças a seus estudos e conceitos criados hoje pode-se ser mais bem orientados. O comércio e outras transações internacionais vêm crescendo rapidamente. As restrições sobre as importações eram de certa forma ilógica.

Em 1776 Adam Smith escreveu:

“Dar o monopólio do mercado interno do produto da indústria nacional, em qualquer arte ou manufatura em particular e o mesmo que definir o que cada pessoa deve fazer com seu capital, sendo, em quase todos os casos, uma regra inútil ou prejudicial... o princípio de qualquer chefe de família prudente é nunca tentar fazer em casa algo que lhe custe mais para produzir do que para comprar. O alfaiate não procura fazer seus próprios sapatos, ele os compra do

sapateiro, o sapateiro não tenta fazer suas próprias roupas, ele as compra do alfaiate...

Aquilo que é prudente na condução de qualquer família dificilmente poderia ser insensato na condução de um grande reino. Se um outro país puder nos fornecer um bem por um preço mais baixo do que o necessário para que nós mesmos o produzamos, é mais sensato comprar dele com parte da produção da nossa própria indústria, empregada de modo a nos trazer uma certa vantagem. A indústria geral do país, sempre proporcional ao capital empregado, não será diminuída por isso, assim como os artesãos mencionados acima. Trata-se simplesmente de encontrar o meio de utilizá-la a fim de obter o máximo de vantagem possível. Portanto, se a indústria for utilizada para produzir um projeto que pode comprar mais barato do que produzir, ela não estará sendo utilizada a fim de obter o máximo de vantagem possível “““.

Pode-se dizer que o pensamento de Smith não é rigoroso e sim “prudente”. Smith foi um dos primeiros economistas a se dedicar ao tema do comércio internacional, ele escreveu uma obra cujo nome é Riqueza das Nações. Suas idéias deram origem a teoria das vantagens absolutas procurando explicar que a aplicação da divisão do trabalho na área internacional permitindo a especialização de produção aliada às trocas entre as nações contribuía para a melhoria do bem estar das populações.

Quem irá explicar melhor sobre o termo “Vantagem” é David Ricardo, em sua teoria Vantagem Comparativa.

Além de David Ricardo outros economistas como Bertil Ohlin (1933), Wolfgang Stolper (1941), Paul Samuelson (1941), T.M. Ribezenesk (1955), Gottfried von Hoberler (1933) e Eli Hecksher (1919), estudaram o tema sobre as Vantagens Comparativas, no qual cada um a sua maneira deu sua contribuição.

5.1. David Ricardo

Ricardo (1817) aperfeiçoou a teoria das Vantagens Absolutas, mostrando que o comércio também poderia ser proveitoso para ambos os países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

No modelo Ricardiano como era chamadas, as diferenças que existem entre os países em relação aos preços relativos se devem às diferenças entre as exigências de mão-de-obra. O que pode acontecer é que um país use menos mão-de-obra, porém sua vantagem absoluta no que diz respeito à eficiência não o impedirá de comercializar com outros países menos eficientes, ou seja, ele terá uma vantagem comparativa nas atividades em que sua vantagem absoluta for maior; o que para Smith é o contrario, ou seja, não haveria a especialização de produção, e nem a troca entre os dois países.

No modelo de David Ricardo há uma exigência tanto de mão-de-obra quanto dos custos. Por isso, as condições de demora não determinavam o padrão de troca de um caso com dois países e dois bens. Mas, elas ajudam a determinar os termos de troca, o que influencia na distribuição dos ganhos do comércio. No obstante a teoria das Vantagens Comparativas foi de extrema importância para as diferenças internacionais, fornecendo explicação para as relações internacionais no que tange as condições de oferta, na definição dos papéis das condições de oferta e demanda, determinação de padrões de comércio e distribuição dos ganhos do comércio.

5.2. Heckscher – Ohlin

No modelo de Heckscher – Ohlin, as diferenças existentes entre os países em termos de preço relativos se devem a diferenças referentes a dotações de fatores, o que seria a causa básica do Comércio. Essas dotações são baseadas em dois pressupostos: Os bens são diferentes em termos de exigências de

fatores, ou seja, é possível classificar os bens por intensidade de fatores. Outro pressuposto diz que os países apresentam diferenças em termos de dotação de fatores sendo classificado por abundância de fatores. Com esses pressupostos a teoria de Heckscher – Ohlin ficou embasada onde um país com abundância de capital tende a especializar em bens que exijam também maior intensidade de capital. Em termos gerais:

*O comércio baseia – se nas diferenças de abundancia de fatores,
reduzindo os efeitos principais dessas diferenças.*

Podemos observar que sua forma vai depender das exigências de trabalho e capital, em conjunto e das ofertas de trabalho e capital.

A teoria de Heckscher - Ohlin baseia – se em três hipóteses:

- a) Os fatores de produção (Capital e Trabalho) não possuem mobilidade entre países;
- b) Os fatores são utilizados em proporções diferentes na produção dos produtos;
- c) As dotações relativas dos fatores são diferentes para os países.⁷

⁷ CARDOSO, Alair Silvio. Vantagens Comparativas da Exportações Brasileiras para a Alemanha. O modelo de Heckscher Ohlin. Universidade Católica de Brasília, Brasília 2003.

5.3. Teoria da Política Comercial

Nas atuais relações internacionais, o comércio entre países é caracterizado pela intervenção do Estado que tem como escopo proteger sua economia, por meio da redução de importações. Esta proteção pode ser aplicada mediante as diversas ações da política comercial de um determinado país. Porém a análise dos efeitos que tais ações causam na economia interna como externa são de grande valia para o presente estudo.⁸

Enfocaremos os principais instrumentos de política comercial, demonstrando os respectivos impactos sobre a economia, tais como os subsídios, as tarifas sobre as exportações e as barreiras – não – tarifárias. De acordo com Carvalho e Silva (2000)⁹ os subsídios podem ter por objetivo inibir a importação ou estimular a exportação isso se forem empregados como instrumento de política comercial. O subsídio à exportação doméstica é considerado a melhor alternativa de proteção, porque não afeta o preço para o consumidor.

O subsídio à exportação é muito utilizado atualmente mesmo sendo proibida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) principalmente para os produtos agrícolas comercializados nos países desenvolvidos. O subsídio às exportações funciona como um pagamento feito pelo governo por unidade de produto vendido no comércio exterior. Mesmo causando perdas para o país, o subsídio à exportação continua sendo empregado.

As tarifas aumentam o preço do produto no mercado do país importador, o que conseqüentemente vai implicar na redução do excedente do consumidor. No caso dos pequenos países, as perdas dos consumidores não são compensadas

⁸ ALMEIDA, Cheila Barbosa. A inserção brasileira no mercado Mundial de frutas no período de 1980 a 2001. universidade Católica de Brasília, Brasília 2004.

⁹ CARVALHO, Maria Auxiliadora de. SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional 2ª Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

integralmente pelos ganhos dos produtores e do governo, ou seja, as tarifas reduzem o bem estar da sociedade aumentando os preços domésticos nos países importadores.

Pode – se observar que algumas implicações do subsídio à exportação são semelhantes à tarifa, inclusive no que se refere aos efeitos macroeconômicos sobre o balanço de pagamento e o emprego. Há uma diferença entre subsídio e tarifa, enquanto a tarifa gera receita para o governo, o subsídio à exportação causa um aumento nos gastos, além disso, a tarifa pode provocar oferta em escala ineficiente de diversos produtos em um país pequeno, pois proporciona uma certa garantia do mercado aos produtores internos. No caso dos subsídios, mesmo a concorrência sendo grande é melhor produzir poucos produtos, em escala eficiente.

Existem distorções que são consideradas graves nos países que subsidia a exportação, o que prejudica também, outras exportações é o caso, por exemplo, da União Européia que desde os anos 80 vem provocando queda nos preços internacionais, no começo dos anos 90 o problema se agravou mais, pois houve uma queda de subsídios provocando perdas para os países pobres que dependem da exportação de produtos agrícolas como o Brasil.

Há ainda, outros instrumentos utilizados na política comercial para proteger a economia doméstica. Como por exemplo, medidas antidumping, de salvaguardas e compensatórias, proibição e licenciamento de importações, Valoração Aduaneira, regras de origem, regulamentos e notas técnicas, requisitos de etiquetagem, medidas fitossanitárias e compras governamentais.¹⁰

Portanto de acordo com Carvalho e Silva as distorções existentes no mercado são provocados pelos instrumentos de política comercial. É importante

¹⁰ ALMEIDA, Cheila Barbosa. A inserção brasileira no Mercado Mundial de Frutas no período de 1980 a 2001. Universidade Católica de Brasília, Brasília 2004.

ressaltar que os efeitos são avaliados primeiramente pela taxa de proteção Nominal e em segundo pela taxa de proteção efetiva. Conclui – se que o ingresso de matéria prima nos países desenvolvidos tem sido freqüente, pois, de certa forma evita aumento de custo para os produtos internos. Porém, barreiras são impostas para entrada de produtos industrializados, dificultando a exportação de produtos com alto valor adicionado pelos países menos desenvolvidos.

Pfeier (2002)¹¹ faz uma análise da inserção do Brasil no comércio internacional por meio de fatores conflitantes e cooperativos que essa abertura proporcionaria para o estado brasileiro. Por meio de alguns instrumentos que se instalam no plano político interno e externo e no plano econômico interno e externo pode-se debater a dimensão da inserção brasileira no mundo. Há uma interconexão nesses planos além de serem ponderados para o planejamento da abertura do mercado brasileiro e dos assuntos de investimentos internacionais.

No Brasil ainda se tem a idéia de que o desenvolvimento é incrementado na medida em que há restrições às importações, então a indústria nacional teria a capacidade de aprimorar seus níveis competitivos para no momento mais remoto poder enfrentar a concorrência externa. De outro lado, analisa-se a aplicação das medidas protecionistas teria alguns resultados instrumentais a curto prazo. Porém a longo e médio prazo essa políticas aplicadas somente tornariam o Brasil em um país sem forças para permanecer inserido no comércio internacional devido aos regimes normativos os quais está vinculado como OMC, Mercosul, dentre outros¹².

Portanto, é possível alcançar uma melhoria do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, mas para isso é necessário que a política comercial e industrial brasileira parta para a industrialização orientada à exportação e para o abandono da industrialização de importações-ISI.

¹¹- PFEIFER, Alberto. A inserção do Brasil no Comércio internacional. In: Ângelo Ivo do Pinho. MORAES, Antônio Luiz (orgs). Formação de Negociadores em comércio Exterior. ESAF, Brasília DF 2002.

¹² - ALMEIDA, Cheila Barbosa de. A inserção brasileira no mercado mundial de frutas no período de 1980 a 2001. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

Krugman e Obstfeld (2001)¹³, fala sobre a teoria da concorrência imperfeita devido às firmas estarem conscientes de que podem influenciar os preços de seus produtos e que tem capacidade de vender mais somente por meio da redução de seus preços.

6. Brasil e União Européia

Desde a época do seu descobrimento o Brasil tam sofrido influências não apenas socioculturais como também políticas e econômicas. Os Europeus são parte constituinte do processo de formação cultural, política, social e do desenvolvimento econômico brasileiro.

Após ter havido um fortalecimento significativo da Comunidade Econômica Européia no campo institucional houve uma maior aproximação política e econômica da mesma com os países da América Latina. Em relação ao aspecto comercial, a percepção brasileira e dos países Latino Americanos com certeza era de preocupação. A Política Agrícola Comum (PAC) vinha junto, país implicava em um protecionismo agrícola que sempre prejudicou as exportações desse grupo de países.

Devido às concorrências desleais com subsídios as exportações por parte da PAC, as exportações de produtos primários da América Latina estão sendo submetidos às barreiras tarifárias e as barreiras não tarifárias, além de outros como selo verde, restrições quantitativas, fitossanitárias e outras mais. Portanto as relações econômicas estariam sendo marcadas, pela necessidade constante de implementação.

¹³- KRUGMAN Paul R.OBSTFELD,Maurice .Economia Internacional – Teoría e Política.5 ed.São Paulo:Makron Books, 2001

É importante ressaltar que a partir de 1972, a Comunidade Econômica Européia(CEE) passou a estabelecer com o Brasil e com os países latinos americanos uma rede de acordos com cláusulas que não eram muito privilegiadas. A princípio na “primeira geração” eram apenas acordos comerciais. Na “segunda geração” na década de 80 eram acordos comerciais e de cooperação econômica e é claro nos dias de hoje, a “terceira geração”, são negociados acordos comerciais e de cooperação econômica e financeira.

Brasil, Argentina e México na década de 70 de maneira Individualizada iniciaram as negociações com a União Européia. Eles queriam desfrutar das mesmas condições dos países da África, Caribe e Pacífico (ACP) que usufruíam um sistema de preferências comerciais com a União Européia não existindo uma cláusula de reciprocidade. Dois instrumentos importantes ajudaram o desenvolvimento dos países ACP: O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Banco Europeu de investimento (BEI).

Portanto as concessões de preferências concedidas aos países ACP foram concedidas ao longo das convenções de Lomé que são quatro e diz:

Lomé I, assinado em 1979, era discurso político segundo a filosofia de diálogo Norte-Sul, Lomé II, assinado em 1979, contemplava um discurso político segundo a complementaridade entre os países industrializados, Lomé III, em 1984, houve uma guinada no rumo do discurso, alterado para “promover um desenvolvimento sustentável e desconfiança mútua”. Por fim Lomé IV que entrou em vigor em 1991 previa um novo quadro de ajustamento estrutural das economias ACP.¹⁴

A atuação do FED e do BEI foi implementada e com o advento das convenções de Lomé já citados anteriormente foram criados fundos

¹⁴ - THORSTENSSEM, Vera. Comunidade Européia: Líder do Comércio Internacional. p.241.

estabilizadores de divisas de exportações dos países ACP contra a ilustração dos preços internacionais. O SYSMIN (System of stabilization of Export Earning in the Minig Sector) foi criado especialmente para os produtos minerais e o STABEX (System os stabilization of Export Earnin in commodities) foi criado para os produtos não minerais. Os fundos e equipamentos através dos quais e possíveis à transferência para os países ACP foram gerados pelo SYSMIN e STABEX, mas sob a forma de empréstimo.

O Brasil precisou fazer uma segunda tentativa no que se deu no ano de 1973, pois o primeiro contato não teve bons resultados, foram frustrados. Era esperado que o acordo de cooperação negociado reduzisse as desvantagens comerciais devido o Sistema Geral de Preferências (SGP)¹⁵. Assim, “no final de 1973, o acordo de cooperação não se mostrou suficiente para implementar as exportações Brasileiras”.¹⁶ nos chamados setores sensíveis (produtos primários).

Mas em 1976 finalmente foram iniciadas as atividades de cooperação financeiras e tecnológicas e posteriormente em Setembro de 1980, foi assinado o Acordo Marco de cooperação entre Brasil e CEE. Contudo a CEE continuava pouco interessada em negociar temas de interesse para o Brasil, como agricultura, por exemplo, o que tornava evidente o protecionismo existente até hoje por parte do bloco.

Porém as relações da União Européia com o Brasil ou com a América Latina têm sido marcadas por fatores econômicos e por suas trocas comerciais. Coincidentemente são estes aspectos que as relações se mostram mais assimétricas e apresentam maiores obstáculos para uma futura separação de suas dificuldades. E essa assimetria se expressa imediatamente na importância

¹⁵ - Sistema Geral de Preferência criado no início dos anos 80, visa estimular , por meio da concessão de preferências comerciais, o desenvolvimento da indústria comunitária.

¹⁶ -LOHBAUER,Christian. O Brasil,o Mercosul e a União Européia: Os Desafios de uma Relação complementar in União Européia, p.151.

relativa de cada parceiro, um frente ao outro, seja como mercado comprador, seja como fornecedor.

É bem verdade que a União Européia é hoje o principal parceiro comercial do Brasil o que representa cerca de 28,8% do seu comércio externo. Na década de 90, este comércio mais que dobrou passando de US\$ 15,5 bilhões para US\$ 31,5 bilhões. Contudo, este crescimento não foi necessariamente equilibrado. “Enquanto as exportações brasileiras para a União Européia cresceram 48% no período, as importações provenientes dos países integrantes deste bloco cresceram 203% fazendo com que, de superavitário em quase US\$ 4,5 bilhões, no início da década, o Brasil passasse a ter um déficit de quase US\$ 2 bilhões com a União Européia .”¹⁷

Ao Brasil, tem sido aplicado esquemas e recursos protecionistas principalmente na área agrícola, onde o Brasil tem um maior potencial competitivo e exportador. Outro fator negativo que se antepõe à dinamização do comércio com os países comunitários é a deteriorização dos termos de trocas resultante da predominância de produtos “sensíveis” na pauta exportadora brasileira. Outro ponto negativo que pode-se citar é o protecionismo da Política Agrícola Comum”, que não se restringe as exportações brasileiras para a Comunidade Européia, mas afeta igualmente nossas vendas em terceiros mercados mundiais de produtos temperados e tropicais.”¹⁸

Por último, a União Européia impôs as barreiras não-tarifárias (BNT) não somente ao Brasil como também ao Mercosul. Taís barreiras, incidem sob a forma de licenças, monitoramento, autorização e restrições quantitativas as importações extra bloco. Ou seja, devido às preferências comerciais, os países ACP são aqueles cujos BNT são as mais fracas ou praticamente nulas.

¹⁷ - pesquisado unto ao site www.Cna.Org.br

¹⁸ -GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e a Nova geopolítica Européia, p.167.

6.1. Relações Comerciais entre Brasil e União Européia

Para (Grieco 1992) um dos traços mais importantes do comércio Mundial da década de 90 tem sido o intenso progresso nos processos de integração ao redor do mundo. Sendo uma primeira fase pode ser caracterizada pelos acordos de livre comércio entre países para a formação de blocos econômicos: a NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), U,E a ASEAN que congrega os países asiáticos, como também a promoção do MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul).

De acordo com este contexto, na década de 80 o Brasil e a Argentina iniciaram um processo de aproximação sem precedentes na história. Na década de 90, Paraguai e Uruguai quiseram e se uniram ao Brasil e Argentina assinando em março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercosul. Para a criação do Mercosul foi usada como base à criação de um mercado comum entre países membros sob a forma de vários acordos de cooperação econômico.

Em 1994, por sua vez, com a entrada em vigor do Tratado de Ouro Preto, a estrutura institucional foi implantada e iniciou uma nova fase entre as relações dos países membros e países e países extra bloco. Desde a criação do Mercosul em 1991, a União Européia já vinha travando relações econômicas e de cooperação com o Mercosul. Pode – se dizer que o dialogo da União Européia com os países do cone sul através do Mercosul se intensificou.

As exportações do Mercosul para União Européia não apresentam grandes aumentos, ou seja, assim como é aplicado ao Brasil, sobre o protecionista. As exportações do cone sul, basicamente agrícola, são prejudicadas devido aos pesados subsídios por parte dos PAC e devido às preferências cedidas aos países ACP.

6.2. Acordo Quadro de Cooperação Inter – Regional União Européia Mercosul

Este acordo foi assinado em 15 de Dezembro de 1995. O mesmo tem como finalidade um melhor diálogo entre os dois blocos no âmbito económico, Comercial e de Cooperação para a interação nos mais diversos campos de interesse mútuo, Lohbaue¹⁹ lembra que dentre esses interesses podem ser citados a retenção de conflitos por meio de ajuda nas políticas nucleares, o fortalecimento das possibilidades de negociações básicas como os direitos humanos economia de mercado e democracia.

A União Européia não considerou o Acordo como comunitário pois apesar de ter três anos de oficialização ainda necessitava de ratificações por parte européia, sendo assim considerado um acordo misto. Seria necessário para sua efetivação à assinatura dos Estado Membros da União Européia e dos membros do Mercosul. Após o cumprimento de todos os atos de formalidade entrou em vigor o Acordo – Quadro de Cooperação Inter – Regional União Européia em 1º de Julho de 1999.

Portanto, este acordo estabeleceu um conjunto de objetivos, interesses e intenções no qual não foram adotados. Apenas trouxe a tona à falta de vontade por parte da União Européia, em viabilizar o acesso ao mercado, eliminação ou redução das barreiras do comércio, redução dos subsídios aos produtos agrícolas, e outros obstáculos que claramente dificultam a entrada dos produtos do Mercosul no mercado.

Podemos observar que uma das razões que explica evolução das exportações do Mercosul para a União Européia encontra – se na Política Comercial Comum (PCC) e na estrutura de produção européia. Com a Mesma discriminatória exercida por esta política comercial juntamente com seus parceiros

¹⁹ O BRASIL, o Mercosul, e a U. E. : os desafios de uma relação complementar in União Européia.

comerciais obedece a chamada “Hierarquia de Preferência” europeia. Esta hierarquia de preferências é o resultado de muitos acordos comerciais, ou seja, a condição de acesso às exportações de um determinado país à União Europeia, vai depender de sua posição na hierarquia de preferências que rege a aplicação das barreiras comerciais.

Atualmente o Mercosul está com sua posição desfavorável na “hierarquia de preferências” europeia, pois esses países se beneficiam apenas das concessões previstas pelo Sistema Geral de Preferências (SGP).²⁰ O crescimento as exportações do Mercosul para União Europeia estão condicionadas por mudanças que podem acontecer na “hierarquia de preferências” europeia.

6.3 Comércio União Europeia e Brasil

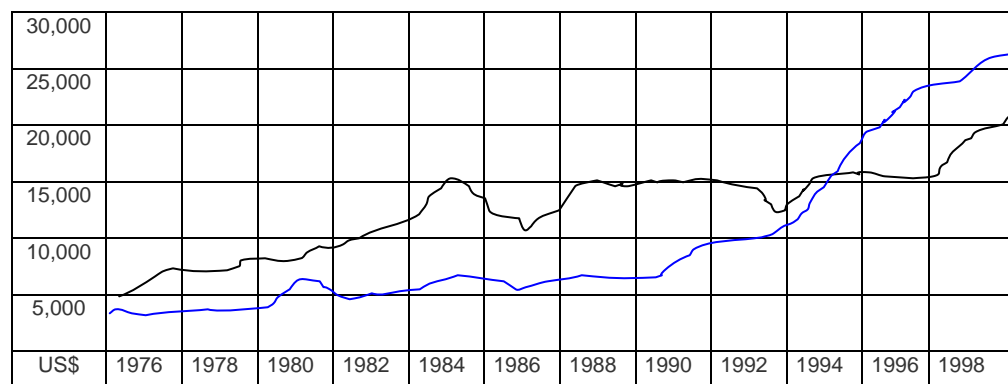
As relações comerciais União europeia – Mercosul /Brasil são marcadas por uma grande assimetria, pois se refere à importância de cada um no comércio dos outros. Podemos analisar que a U.E é o primeiro parceiro extra regional do Mercosul, pois responde ao equivalente de 25% dos fluxos externos totais (soma das exportações e importações, dados da Intal de 1998), no entanto o Mercosul responde por menos 2% dos fluxos comerciais europeus, essa assimetria explica a postura da U. E às negociações com os países do Cone Sul.

O gráfico 1 mostra que há uma certa tendência de intensificação na evolução do comércio bilateral, ou seja, a partir de 1990 as exportações que são relativamente inferiores às suas importações apresentou um crescimento. As exportações europeias pularam de US\$ 5 bilhões em 1990 para US\$ 24 bilhões em 1998, enquanto as exportações foram de apenas US\$ 4,3 bilhões no mesmo período. Isso resultou em fluxos totais de US\$ 42 bilhões em 1998 dando um saldo favorável invertido aos países latino-americanos.

²⁰ SGP (Sistema geral de Preferências – tem o objetivo de viabilizar o acesso de produtos originários de países em desenvolvimento aos mercados dos países desenvolvidos).

Gráfico 1

Exportações e Importações Europeias no comércio com o Brasil



Fonte : MDIC

— Exportações
— Importações

O crescimento das exportações europeias contribuiu para que a União europeia aumentasse o interesse pelo Mercosul. A tabela 1 mostra como é composto o comércio bilateral e como o comércio U. E - Mercosul segue um padrão do comércio Norte-sul. O mercosul exporta bens primários e importa bens com valores agregados, inclusive máquinas, produtos químicos, equipamentos e material de transporte. Barreiras comerciais são impostas aos principais produtos de exportação do mercosul ao mercado europeu.

Tabela 1

Composição do Comércio U.E-Brasil(1998)

Descrição	Importações europeias	Exportações europeias %
Produtos agrícolas	29.4	1.6
Produtos alimentares	7.7	12.8
Resíduos alimentares e alimentos para animais	11.9	0.1
Tabaco	2.5	0.1
Minerais e seus derivados	9.7	1.6
Química	4.3	18.6
Madeira, Celulose e papel	3.4	0.2
Peles, couros e seus artigos	6.2	3.6
Têxteis e vestuários	1.7	1.9
Calçados, guarda-chuvas e análogos	1.1	0.1
Minerais não metálicos	0.4	2.3
Ferro, aço e seus artigos	4.2	2.9
Outros metais básicos e suas obras	3.5	2.4

Máquinas e equipamentos	4.5	37.9
Veículos	1.1	14.7
Material de transporte (exceto veículo)	6.4	3.5
Sub-total	98.1	94.1
Total	100.0	100.0

Fonte: Eurostat.,Mdic

6.4. As Barreiras Comerciais impostas às exportações do Brasil

Nos anos 90, às exportações do mercosul para U.E não tem sido muito bom devido às barreiras impostas pelos países europeus. As barreiras comerciais podem ser tarifárias e não- tarifárias, no caso das tarifárias podem ser tarifas ad valorem por ser definida como uma porcentagem do valor das impositões e as específicas como determinado valor por quantidade importada. As barreiras não - tarifárias (BNT) não possui fins protecionistas.

As tarifas aplicadas às importações que vem do Mercosul são diferenciadas, são chamadas de média simples e ponderada, a diferença entre elas é um aspecto importante nas relações bilaterais U.E – Mercosul. É necessário enfatizar que as exportações do Mercosul não são maiores para Europa por causa de sua proteção exarcebada. Em outras palavras a diferença entre a tarifa ponderada e a média é explicada por haver uma concentração das exportações do Mercosul em produtos sensíveis, no qual são muito afetados pelas barreiras comerciais. A Tabela 2 explica melhor esta situação, além disso, evidencia o quanto os problemas estão agregado nos produtos agrícolas, onde a diferença entre a ponderada e a média simples o que é muito significativa.

Tabela 2

Tarifas Impostas pela U.E aos produtos exportados pelo Mercosul / Brasil

Categoria de Produtos	Média simples	Média Ponderada*	Mínima	Máxima	% nas Importações bilaterais
Produtos Agrícolas	7.5	15.6	0.0	212.4	30.5
Produtos alimentares	8.4	32.1	0.0	137.6	6.9

Resíduos alimentares e alimentos para animais	12.0	1.4	0.0	417.8	15.4
Tabaco	26.3	0.0	0.0	72.1	2.4
Minerais e seus derivados	0.0	0.0	0.0	1.2	9.3
Química	1.4	1.4	0.0	43.3	4.1
Madeira, celulose e papel	1.4	3.7	0.0	6.7	3.8
Pele, couros e seus artigos	1.5	1.4	0.0	9.6	6.7
Têxteis e vestuários	7.8	4.2	0.0	21.2	2.3
Calçados, guarda-chuvas e análogos	6.2	7.2	0.0	18.2	1.4
Minerais não metálicos	1.4	1.4	0.0	8.8	1.1
Ferro, aço e seus artigos	1.7	1.6	0.0	6.2	2.7
Outros metais básicos e suas obras	2.1	5.2	0.0	6.3	3.4
Maquinas e equipamentos	0.9	1.0	0.0	10.0	5.0
Veículos	3.9	6.9	0.0	11.2	2.6
Material de transporte (exceto veículo)	0.7	1.8	0.0	5.3	0.7
Outros	1.2	0.2	0.0	5.9	1.8
Total	3.4	8.1		417.8	...

*Ponderada pelas importações bilaterais. Fonte: MDIC

Pode-se ver que a média ponderada excede os 15% isso nos produtos agrícolas enquanto nos produtos alimentícios é de 32%. Além desses produtos relacionados, calçados, veículos, metais básicos e produtos têxteis, possuem tarifas elevadas, dentre esses somente os têxteis possuem uma média ponderada inferior a média simples. Os níveis mais elevados chegaram a 417% que foi dos resíduos alimentares, 212% produtos agrícolas e 137% produtos alimentares.

As barreiras não - tarifárias impostas pela U.E atingem cerca de 23% das importações provenientes do Mercosul. A exemplo do que ocorre com as barreiras tarifárias, as importações de produtos alimentares e agrícolas são afetadas. Pode-se dizer que 24% das importações de produtos agrícolas são afetados por pelo menos um tipo de BNTs e, quanto as importações de produtos alimentares 30%. Os produtos mais atingidos com pelo menos um tipo de BNT com um saldo de 80% são: carnes e suas preparações, plantas vivas e flores, animais vivos, preparações de frutas e legumes e outros.

Tabela 3**BNT Impostas pela U.E às Importações Provenientes do Brasil**

Categoria	Mi BNT/ Mi(%)	Mi BNT/ M BNT(%)	Mi/M(%)
Produtos agrícolas	23.6	26.6	25.6
Produtos alimentares	87.9	30.1	7.8
Resíduos alimentares e alimentos para animais	5.8	4.6	18.3
Tabaco	81	0.9	2.7
Minerais e seus derivados	0.0	0.0	8.7
Química	1.6	0.3	4.1
Madeira,celulose e papel	6.5	1.9	6.7
Peles, couros e seus artigos	97.8	17.9	4.2
Têxteis e vestuários	19.3	2.3	2.8
Calçados, guarda-chuvas e análogos	99.6	5.6	1.3
Minerais não- metálicos	2.0	0.2	2.4
Ferro, aço e seus artigos	63.9	9.7	3.5
Outros metais básicos e suas obras	0.0	0.0	2.0
Máquinas e equipamentos	0.0	0.0	5.3
Veículos	1.8	0.2	2.0
Material de transporte (exceto veículos)	0.0	0.0	0.4
Outros	0.8	0.1	2.0
Total	23.0	100.0	100.0

Fonte : MDIC Nota: (1) BNT> medidas pelo indicador de cobertura (parcela das importações totais sujeitas a algum tipo de BNT). M: importações; i refere-se à categoria de produtos; Mi BNT : importações do produto i sujeitas a BNTs.

6.5. Barreiras Não -Tarifárias

Como já foram analisadas as barreiras tarifárias e não - tarifárias são obstáculos às exportações brasileiras aos produtos que tem maior vantagem comparativa, porém as BNTs são as mais utilizadas no que se refere a proteção no caso da União Européias.

Mas o que vem a ser Barreiras não - tarifárias? São leis, regulamentos, pratica ou política adotada por um país que visa restringir, dificultar o acesso de produtos importados ao seu mercado.

“As barreiras não-tarifárias englobam ainda formas menos explícitas e mais informais, tais como procedimentos administrativos, práticas regulatórias ou outras políticas que não estão baseadas em legislação, mas em costumes, instituições e outras diretivas informais. Por essa razão consideramos também como barreiras não- tarifárias as normas e regulamentos técnicos, que embora não se constituem em barreiras podem ser enquadradas como tal, levando-se em conta a possibilidade de apresentarem-se com pouca transparência, de maneira morosa, dispendiosa, extremamente rigorosa e revestida de excessivo zelo de inspeção. Como exemplos de importações, procedimentos alfandegários, medidas antidumping e compensatórias, regulamentos de salvaguardas, normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e fitossanitários, de vigilância animal e vegetal e os subsídios à produção e à exportação.”²¹

As importações de produtos agrícolas e alimentares são, a exemplo do que ocorre com as barreiras tarifárias, bastante afetadas.

Portanto, as utilizações destas medidas são exemplos claros do protecionismo praticado pela União Europeia às exportações brasileiras favorecendo assim seus próprios produtos.

²¹ -CARDOSO,Alaor Silvio.Vantagens Comparativas das Exportações Brasileiras para Alemanha O Modelo de Heckscher-Ohlin.Universidade católica de Brasília,Brasília 2003.

Tabela 4

Exemplos de Barreiras às exportações brasileiras pela União Europeia

PRODUTOS	BARREIRAS
Soja	Subsídios, Ajuda Interna OCM
Café	Isenções concedidas a terceiros países
Carne Bovina	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Tarifas altas; Quotas tarifárias; Subsídios;
Carne de frango	Tarifas altas; Quotas tarifárias; Subsídios; Ajuda interna na OMC
Açúcar	Quota tarifária; Subsídios; Isenções concedidas a terceiros países
Suco de Laranja	Quota tarifária; tarifas médias elevadas
Fumo	Tarifas; Ajuda interna OCM

7.Conclusão

A União Européia é hoje o maior Bloco Econômico, possuindo o maior número de países, maior PIB, possui uma pauta muito diversificada e o maior saldo comercial do mundo.

É de praxe deste bloco a proteção do seu mercado interna, verificada na falta de liberalização comercial e de manutenção de um dialogo no âmbito de uma agenda agrícola comum, setor no qual se baseiam às exportações brasileiras. A estratégia que se busca não passou do papel enquanto caber a ela competir com os pesados subsídios agrícolas permitidos devido à Política Agrícola Comum da União Européia.

Em 2004 as vendas para União Européia, principal região compradora de produtos brasileiros, cresceram a uma taxa de 32,0%,consubstanciando em produtos de setores produtivos de mão – de – obra não qualificada como a agricultura, por exemplo.

Mas, em relação ao Brasil e ao Mercosul mesmo sendo o principal parceiro econômico no cenário internacional sua política tem sido um tanto quanto restritiva ou até mesmo pouco privilegiada, isso devido a sua proteção exacerbada.

Essa proteção de seu mercado interno tende a ser justamente na área agrícola que é o setor que mais se baseiam as exportações brasileiras, pois seu potencial competitivo e exportador são maior.

As barreiras não – tarifárias, por serem menos transparentes em contraste com as medidas tarifárias, vêm ocupando lugar de destaque no que se refere a novas maneiras de proteção daquele mercado. Apresentam-se como mecanismos

que podem ser implantadas com maior facilidade, frente aos regulamentos estabelecidos pelos organismos internacionais de comércio.

O próprio banco Mundial reconhece que as altas tarifas aplicadas pelos países comerciais impostas pelos países desenvolvidos às exportações brasileiras, principalmente das vendas brasileiras para a União Européia.

A Política Agrícola da União Européia, como foi dito anteriormente, foi criada especialmente para fazer a proteção dos produtos agrícolas. Esse é um aspecto negativo que afeta as exportações de países em desenvolvimento, devido aos subsídios e as barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Essas barreiras impedem que os produtos brasileiros sejam competitivos no mercado europeu, o que acaba por acarretar distorções no comércio internacional, e prejudica as exportações como o Brasil, por exemplo, no mercado de banana e de outros produtos na Europa, sofre diversas exigências específicas de imputação de preço de entrada de monitoramento das importações, de cláusula de salvaguarda especial por volume e de uma rigorosa normativa fitossanitária.

Para retirar as barreiras comerciais impostas pela U. E às exportações brasileiras, tem sido feitas negociações com a OMC para que assim as vendas brasileiras na exportação venham aumentar.

“O caminho de uma possível integração entre Brasil e União Européia pode ser viabilizado por meio dos Blocos econômicos a que pertencem, isto é, Mercosul e U. E, respectivamente. Parece ser a via mais curta na eliminação das barreiras. No entanto, a construção de uma área de livre comércio entre os dois mercados envolve a discussão de importantes temas de ordem econômica e social. A opção pela integração com a União

Européia para os produtos brasileiros passa obrigatoriamente pela negociação comercial aprofundada entre Brasil (Mercosul) e a União Européia e esta opção descartar outras opções de interação regional que poderiam ser também implementadas.²²

Viu-se que dentre os produtos com maior potencial de crescimento nas exportações encontram-se não somente os sensíveis como, (produtos agrícolas e alimentares têxteis e minerais) no qual tais são mais afetados pelas barreiras comerciais, mas também outras como calçados, veículos, automóveis e aeronaves onde seu potencial de crescimento das exportações é percebida.

Pode-se dizer que ao Mercosul falta somente fortalecerem as suas estruturas institucionais, pois o interesse em superar os obstáculos e adaptar seus interesses comuns é implementando o acordo estratégico de forma concreta pelos países do Mercosul.

Portanto, os mecanismos de proteção adotados pela U.E como as tarifas, os subsídios, barreiras não- tarifárias impedem o crescimento das exportações brasileiras para o mesmo e enquanto não houver um acordo comercial, extinguindo ou diminuindo essas barreiras , as exportações para o mercado europeu ficará restrito, cabendo ao Brasil buscar outros mercados onde não tenha essas barreiras e onde os produtos brasileiros sejam bem aceitos.

²² -CARDOSO, Alaor Silvio. Vantagens Comparativas das Exportações Brasileiras para Alemanha. O Modelo de Heckscher-Ohlin. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

8. Referencial Bibliográfico

- ALMEIDA, Cheila Barbosa de. A inserção brasileira no mercado mundial de frutas no período de 1980 a 2001. Universidade católica de Brasília . Brasília, 2004.
- ÂNGELO, Ivo do Pinho. MORAES, Antônio Luiz. Formação de Negociadores em Comércio exterior.ESAF: Brasília, 2002.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de.SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional. São Paulo: saraiva, 2002.
- CARDOSO, Alaor Silvio. Vantagens Comparativas das Exportações Brasileiras para Alemanha; o modelo de Heckscher-Ohlin. Brasília, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Católica de Brasília.
- KRUGMAM, Paul R. OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional - Teoria e Política. 5 ed. São Paulo: Makrom books,2001.
- KENEM, Peter B. Economia Internacional - Teoria e Política 3^a. ed. Rio de janeiro campus,1998.
- LOHBAUER, Christian. O Brasil, o mercosul e a União européia: os desafios de uma relação complementar in União européia, p173.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR Balança comercial,(vários anos) .
- PFEIFER, Alberto. A inserção do Brasil no Comércio Internacional. In:Ângelo Ivo do Pinho. Moraes Antônio Luiz(orgs).Formação de Negociadores em Comércio exterior. Brasília: ESAF, 2002.
- RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio 9^a.ed, Aduaneiras, 1997.
- SALVATORE, Dominick. Economia Internacional. 6^a. ed LTC Livros Técnicos e Científicos Editora s.a.
- SOARES, Cláudio César. Introdução ao Comércio Exterior, Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional. Ed. Saraiva, 2004. THORSTENSEN, Vera. Comunidade Européia líder do Comércio Internacional.São Paulo: Aduaneiras, 1993.

- THORSTENSEN, Vera. NAKANO, Yoshiaki. LIMA, Camila de Faria. SATO, Cláudio Seiji. O Brasil frente a um mundo dividido em blocos. São Paulo: Instituto Sul –Norte, 1994.

9- ANEXOS

Tabela 5: INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL/UNIÃO EUROPÉIA

PERÍODO	EXPORTAÇÕES US\$ FOB	IMPORTAÇÕES US\$	SALDOS
1984	7.678.273	2.012.498	5.665.774
1985	7.588.601	2.220.337	5.368.263
1986	6.582.564	3.583.103	2.999.460
1987	7.647.093	3.778.101	3.868.992
1988	10.537.548	3.680.271	6.857.276
1989	11.441.173	4.280.840	7.160.332
1990	10.504.482	4.853.847	5.650.634
1991	10.364.776	5.182.427	5.182.348
1992	10.971.031	5.046.551	5.924.480
1993	10.469.475	6.114.670	4.354.805
1994	12.551.918	9.209.100	3.342.817
1995	13.236.481	14.211.748	-975.266
1996	13.292.850	14.535.479	-1.242.629
1997	14.966.002	16.195.210	-1.229.208
1998	15.103.014	17.220.418	-2.117.403
1999	14.082.887	15.317.770	-1.234.883
2000	15.216.937	14.526.683	690.254
2001	15.240.991	15.403.783	-162.792
2002	15.404.578	13.479.908	1.924.669
2003	18.461.012	13.021.804	5.439.207
2004	24.160.225	15.923.138	8.237.086

FONTE:MDIC/SECEX

Tabela 6:

Comercio Exterior do Brasil
(US\$ milhões FOB)

Período	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras	SalDOS
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.741	-6.747
1998	51.140	57.764	-6.624
1999	48.011	49.295	-1.284
2000	55.086	55.839	-753
2001	58.223	55.572	2.651
2002	60.362	47.232	13.130
2003	73.084	48.290	24.794
2004	80.708	51.904	28.804

Fonte:Ministério do Desenvolvimento,Industria e comercio Exterior.
Secretaria de Comercio exterior. Sistema ALICE

Tabela 7:

Participação Brasileira no comércio
Internacional 1980 / 2001 (US\$ milhões)

Período	Exportações Mundiais (FOB)	Exportações Brasileiras (FOB)	%	Importações Mundiais (CIF)	Importações Brasileiras (CIF)	%
1980	1.917.500	20.132	1,05	2.005.600	24.961	1,24
1981	1.904.800	23.293	1,22	1.990.500	24.079	1,21
1982	1.757.100	20.175	1,15	1.859.700	21.069	1,13
1983	1.718.100	21.899	1,27	1.801.600	16.801	0,93
1984	1.824.900	27.005	1,48	1.920.300	15.210	0,79
1985	1.855.300	25.639	1,38	1.944.200	14.332	0,74
1986	2.045.300	22.349	1,09	2.123.400	15.557	0,73
1987	2.405.700	26.224	1,09	2.488.300	16.581	0,67
1988	2.750.500	33.494	1,22	2.840.500	16.055	0,57
1989	2.991.200	34.383	1,15	3.083.000	19.875	0,64
1990	3.405.000	31.414	0,92	3.500.500	22.524	0,64
1991	3.501.400	31.620	0,9	3.619.800	22.950	0,63
1992	3.743.200	35.793	0,96	3.859.000	23.068	0,60
1993	3.744.100	38.555	1,03	3.802.400	27.740	0,73
1994	4.260.000	43.545	1,02	4.317.500	35.997	0,83
1995	5.102.100	46.506	0,91	5.163.000	53.783	1,04
1996	5.269.400	47.747	0,91	5.373.200	56.947	1,06
1997	5.502.800	52.990	0,96	5.597.600	63.300	1,13
1998	5.410.600	51.120	0,94	5.515.500	61.000	1,11
1999	5.567.200	48.011	0,86	5.876.746	51.800	0,88
2000	6.253.300	55.100	0,88	6.621.800	59.100	0,89
2001	6.064.000	58.200	0,96	6.427.800	58.700	0,91

Fonte: Internacional Financial Statics,
Yearbook 2001 Fundo monetário I Internacional,
Internacional Financial Statistics, July 2002
Fundo Monetario internacional .
SISCOMEX / SECEX - MF / SRF

Tabela 8

**Principais Mercados
Fornecedores no Brasil Jan / Dez.2004**

	Valor	△ %
U.E	15.923	22,3
Asia	12.278	57,6
U.S.A	11.511	18,4
Mercosul	6.393	12,5
Africa	6.172	88,3
Alad.Exc.Mercosul	3.628	43,7
Oriente Medio	230	42,3
Europa Oriental	1.324	55,2

Fonte:MDIC

Tabela 9

**Principais Mercados de Destino
das Eportações variação %
Jan/ Dez - 2004 - US\$ milhões**

	Valor	Δ %
U.E	24.160	30,4
U.S.A	20.341	20,4
Asia	14.564	24,7
Alad,Exc.Mercosul	10.787	48,8
Mercosul	8.912	57,1
Africa	4.245	48,4
Oriente Medio	3.687	31,4
Europa Oriental	2.488	22,7

Fonte: MDIC

Tabela 10

Principais Produtos Exportados
Participação % na Pauta
Jan / Dez - 2004 - US\$ Milhões

Produtos	Valor	Ano Δ %	Part %
		2004 / 2003	
Material de Transporte	16.042	50,9	16,6
Produtos Metalurgicos	10.298	41	10,7
Complexo de Soja	10.042	23,7	10,4
Carne	6.153	50,3	6,4
Quimicos	6.011	24,5	6,2
Petroleo e Combustivel	5.732	16,9	5,9
Maqs e Equipamentos	5.607	45,3	5,8
Minerios	5.237	43,7	5,4
Calçados e Couros	3.337	19,1	3,5
Equipamentos Eletricos	3.122	4,2	3,2
Madeira	3.044	46,3	3,2
Papel e Celulose	2.909	2,8	3

Fonte: MDIC

Tabela 11: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA UNIÃO
EUROPÉIA 2003

Farelo de Soja
Minérios de ferro
Café em grão
Suco de Laranja
Soja em Grão
Petróleo em bruto
Alumínio em bruto
Celulose
Carne de frango
Caulim

Tabela – 12

**Exportação Brasileira para a
União Européia no Ano de 2002**

Código NCM	Descrição NCM	US\$ (Valor FOB)	
12010090	Outros Grãos de Soja Mesmo Triturados		1.713.346.993
23040090	Bagacos e Outs.Resíduos Soli.da Extr.do Oleo de Soja		1.640.711.173
26011100	Minérios de Ferro não Aglomerados e seus concentrados		724.291.943
90111110	Café não torrado,Não Descafeinado ,em Grão		702.816.172
20091100	Sucos de Laranjas,Congelados ,não Fermentados		563.287.705
47032900	Pasta Quim.Madeira de n/Conif a Soda/Sulfato Semi/Branq.		462.216.111
76011000	Aluminio nãoLigado em Forma Bruta		438.202.971
27090010	Oleos Brutos e Petroleos		388.124.662
2071400	Pedaços e Miudezas,Cosmet.de galo/Galinhas,Congelados		368.863.649
24012030	Fumon/Manuf.Total/Parc.Destál.Fls,Secas .Etc Virginia		262.577.472
26011200	Minérios de Ferro Aglomerados e Seus Concentrados		251.288.151
84073490	Outros motores de Explosão,P/Veic.Cap.87,Sup,1000Cm3		226.043.248
2023000	Carnes Desossadas de Bovino, Congeladas		198.505.913
2013000	Carnes Desossadas de Bovinos Frescas ou Refrigerada		151.640.939
16025000	Preparações Alimenticias e Conservas de bovinos		136.958.206
41041124	Outs.Couros bovinos,Divid.Umid.Pena flor		133.837.746
20091900	Outros Sucos de Laranjas, Não Fermentados		132.103.659
88023090	Outs.Aviões/Veic. Aereos,2000Kg<Peso<=15000Kg,Vazios		124.127.686
44121900	Oposts.Madeiras Compensadas,Comfolhas de Esp.<=6Mm		122.526.115
72029300	Ferroniobio		109.893.162
44079990	Outs.Mad.Serradas/Cortadas em Folhas.Etc,Esp.>6Mm		99.433.854
72071200	Outs.Prods.Semimanuf.Ferro/Aço,c<0,25%,Sec.Transv.Ret		98.486.685
25070010	Caulim		95.094.605
94036000	Outros Moveis de Madeiras		90.884.939
71081310	Ouro em Barras Fios,Perfis de Sec.Maciça,Bruhão Dourado		90.142.431
64039900	Outros Calçados de couros Natural		87.014.186
88023039	Outs.Aviões a Turbojato.Etc 7000Kg<Peso<=15000Kg,Vazios		80.427.496
2072700	Carnes de Peruas/Perus em Pedaços e Miudezas,Congeladas		76.482.211
48025610	Papel Fibra Mec<=10%,40%<=P<=150G/m2,Flws.Lado<=360Mm		69.004.745
44121400	Madeira Compensada C/fls<=6Mm,Face de Madeira N/Conifer		68.228.485
87089990	Outs.Partes e Acessp/Tratores e Veiculos Automoveis		68.097.698
28046900	Outros Silícios		67.430.299
94035000	Moveis de MadeirasP/quartos de Dormir		66.581.976
29310037	Acido Fosfonometiliminodiacetico e Ac.Trimetilfosfonico		61.587.038
84143011	Motocompressor Hermetico,Capacidade<4700 Frigorias/Horas		58.985.017
76051110	Fios de Alumínio n/lig.sec transv>7Mm,Re<=0,0283°HM.Mm2		57.275.025
76012000	Ligas de Alumínio em Forma Bruta		54.916.884
23080000	Materiais Vegetais e Desperd.de Outs Vegetais		52.317.035
3061391	Camarões Inteiros ,Congelados Execeto" Krill"		48.553.430
48041100	Papel/Cartão "Kraftliner",P/Cobertura,Crus,em Rolos /Fls		48.328.426
16023200	Preparação alimenticias e Conservas, de Galos,Galinhas		47.592.495
64061000	Partes Superiores de calçados e Seus Componetes		46.956.470

41042212	Couro/Pele,Inteiro/Meio,de Bovino,"wet Blue",Div.C/Flor	46.106.779
84099112	Blocos de Cilindros,cabeçotes,Etc.P/Motores de Explosão	43.950.329
24012040	Fumon/Manuf.Total/Parc.Destál.Fls,Secas .tipo " Burley"	43.848.112
64039100	Outros Calçados de couro Natural,coibrindo o Tornozelo	43.651.347
84099913	Injetores para Motores Diesel ou Semidiesel	43.385.847
72101200	Lmain.Ferro,L>+6Dm,Estanhado,E<0,5Mm	41.502.413
41071220	Outs.Couros/Peles,Int.Bovinos,Prepares,Etc	41.135.010
68029390	Outros Granitos Trabalhados de Outro Modo e suas Obras	40.896.634
41041114	Outs.Couros Bovinos,N/Div.Umid.Pena flor	40.432.221
84082090	Outros motores Diesel/Semidiesel, P/Veic. Do Cap.87	38.548.778
41044130	Outs.Couros/Peles Bovinos,Secos,Pena Flor	37.557.603
8071900	Meloas Frescos	37.230.284
63026000	Roupas de Toucador/Cozinha, de Tecidos atalh.de Algodão	36.795.830
83071090	Outros tubos Flexíveis de Ferro ou Aço	35.016.102
84099920	Pistões ou Embolos,P/Motores Diesel ou Semidiesel	34.058.969
87012000	Tratores rodoviários p/Semi - Reboques	32.516.749
18040000	Manteiga de Cacau	32.505.236
8061000	Uvas Frescas	32.482.129
75011000	Mates de Niquel	31.388.653
38083023	Herbicida a Base Glifosato, Seus Saís,De lamazaquim,Etc	31.299.008
10059010	Milho em Grãos, Exceto para Semeadura	30.838.314
21011110	Café Solúvel,Mesmo nDescafeinado	30.773.104
35030019	Outras Gelatinas e seus Derivados	30.642.905
9041100	Pimenta "Piper", Seca	30.287.498
8081000	Maças Frescas	28.790.788
5040011	Tripas de Bovinos,Frescas,Refrig.Congel.Salg.Defumadas	28.557.208
39012029	Outros Polietilenoa s/Cargas,D>=0,94,Em formas Primárias	28.349.875
8045000	Goiabas,Mangas e mangostões,Frescos ou secos	28.255.014
20091200	Sucos de Laranja não Cong.C/Valorbrix<=20	26.825.402
44071000	Madeira de coníferas,Ser./Cort. Em Fls.Etc.Esp>6Mm	26.345.365
84831010	Virabrequins (Cambotas)	26.320.962
76071190	Outs.Folhas/Tiras de Alum. S/Suporte,Lamin.E<=0,2Mm	25.911.442
44182000	Portas,Respect.Caixaíhos, Alizares e Soleras, De Madeira	25.873.376
84099120	Pistões ou Embolos,P/Motores de Explosão	25.748.661
84099990	Outras Partes p/Motores Diesel ou Semidiesel	25.182.627
26020010	Minérios de Manganês Aglomerados e seus concentrados	24.830.258
87042190	Outros Veículos Automóveis c/Motor Diesel.p/Carga <=5T	24.671.689
38082029	Outros Fungicidas apresentados de Outro Modo	24.469.794
87033210	Automóveis C/motor Diesel,1500,<Cm3<=2500,Até 6 Passag.	24.286.595
40111000	Pneus Novos para Automóveis de Passageiros	23.866.750
72071110	Billetes de Ferro/Aço, C<0,25%Sec.Transv.Quad./Ret.L<2E	23.852.426
85030090	Partes de outs. Motores/Geradores/Grupos Elerog.Etc	2.362.109
22071000	Alcool Etilico n/DesnaturadoC/Vol.Teor Alcoólico>=80%	23.493.159
84099190	Outra Partes para Motores de Exposão	23.450.022
72104910	Lamin.Ferro/Aço,L>=6Dm,Galvan.Outro Proc.E<4,75Mm	23.356.723
40114000	Pneus Novos para Motocicletas	23.005.339
84099912	Blocos Cilindros,Cabeçotes,etc.P/Motores diesel/Semi	22.440.979
85409130	Canhões weletronicos p/Tubos Catodicos	22.194.028
26060011	Bauxita não Calcinada (Minerio Alumínio)	20.008.943

72193400	Lamin.Aços Inox. A Frio,L>=600Mm,0,5mm<=E<=1mm		19.798.007
20500000	Carnes de Cavalo,Asinino e Muar,Frescas,Refrig.ou Cong.		19.758.516
44121300	Madeira compensada c/Fls <=6Mm, face de Madeira Tropical		19.564.131
70112000	Ampolas de Vidro,Etc.para Tubos Catodicos		19.482.969
52094210	Tecido de algodão>=85%,fio color.Denim,Indigo,P>200G/M2		19.225.700
41071120	Outs.Couros/Peles,Int.Bovinos,Pena Fl.Prepara		18.465.354
44092000	Madeiras de não Coníferas, Perfilada		18.459.221
84571000	Centros de Usinagem,p/ Trabalhar Metais		18.335.902
85015210	Motor Eletr.Corr.Altern.Trif.750W<P<=75Kw,Rotor gaila		18.178.873
	Total		12.067.073.167

Fonte:Sistema Alice – Ministério do Desenvolvimento,
Industria e Comércio Exterior

Valor Total de exportação para a União Européia

Período 01/2002 até 12/2002:

US\$ FOB 15.113.390.695

Valor das Exportações para a União Européia

Dos Produtos Incluídos no SGP:

US\$ FOB 4.257.294.266

Notas:

- (1) – Com exceção dos Produtos classificados com a Nomenclatura Comunitária(NC) 0306.1330 (camarões negros do Gênero Crangon);
- (2) Com exceção dos Produtos classificados com a NC 0806.10.10 (Uvas frescas de Mesa)
- (3) Com exceção dos Produtos classificados com a NC 4418.20.80 (de coníferas) e NC 4418.20.80 (outras).

Tabela 13

Desempenho das Exportações
Valor Jan - Dez - 2004

	US\$ - Milhões	△ %
Expor.Total	96.775	32
Manufaturados	52.949	33,5
Basicos	28.518	34,7
Semifaturados	13.429	22,7

Fonte:MDIC

Gráfico 2

Exportação por Bloco Economico
Janeiro 2002 - Participação %

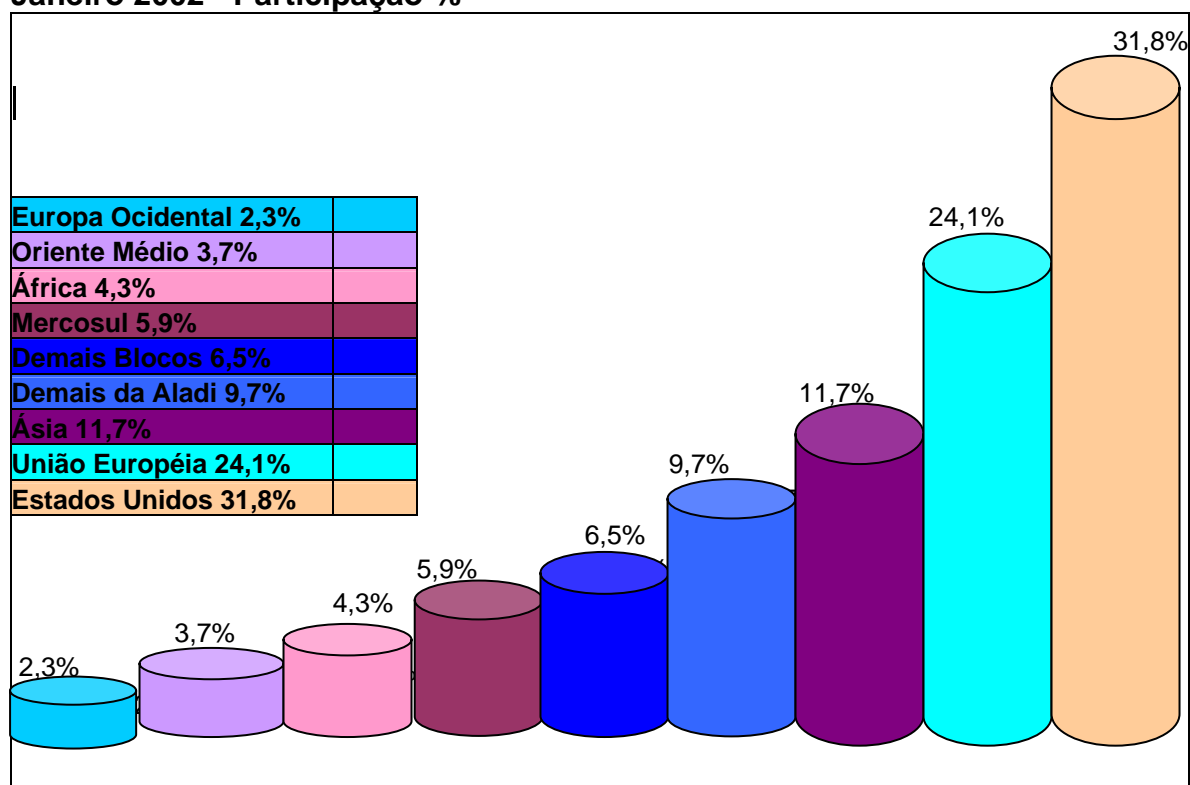
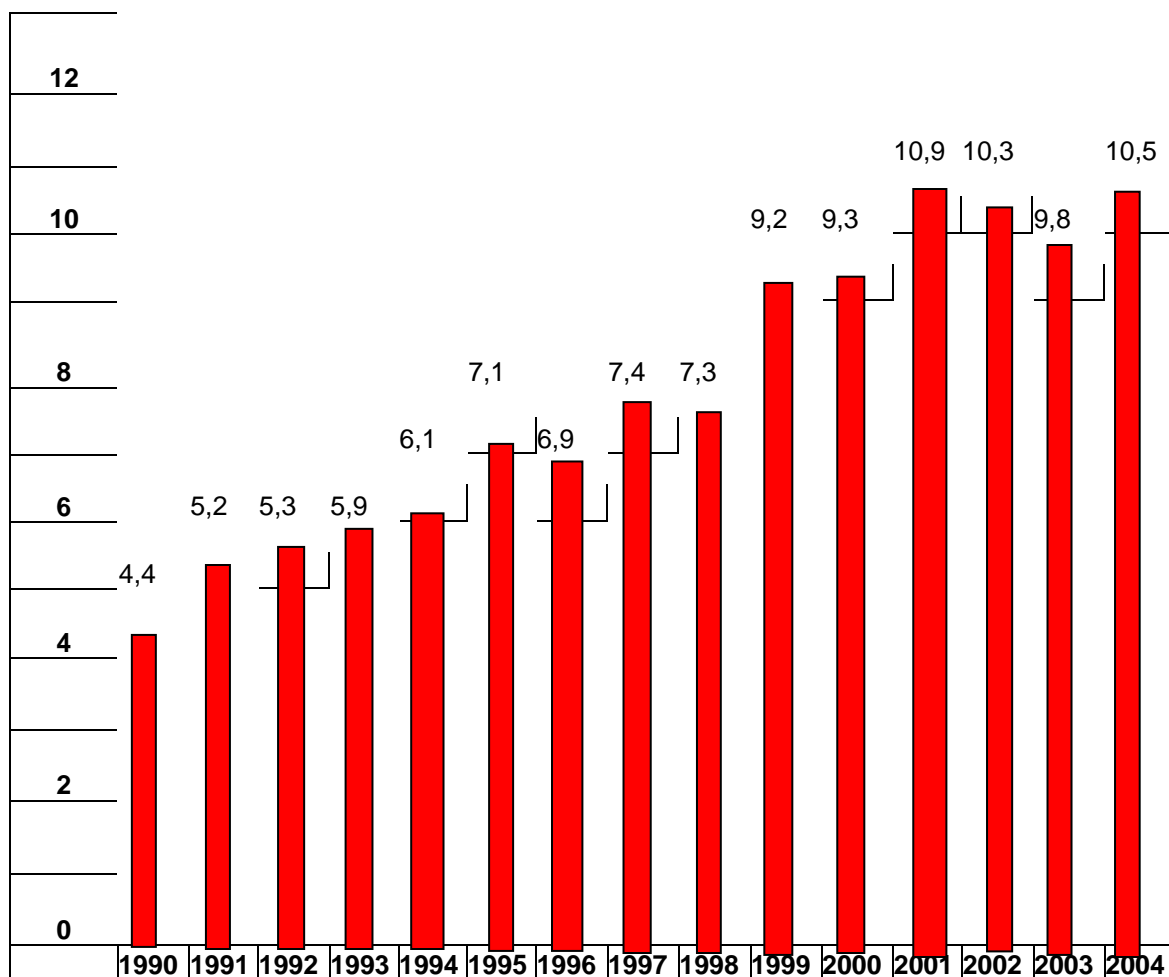


Gráfico - 3

Participação da Importação no PIB do Brasil 1990 / 2004

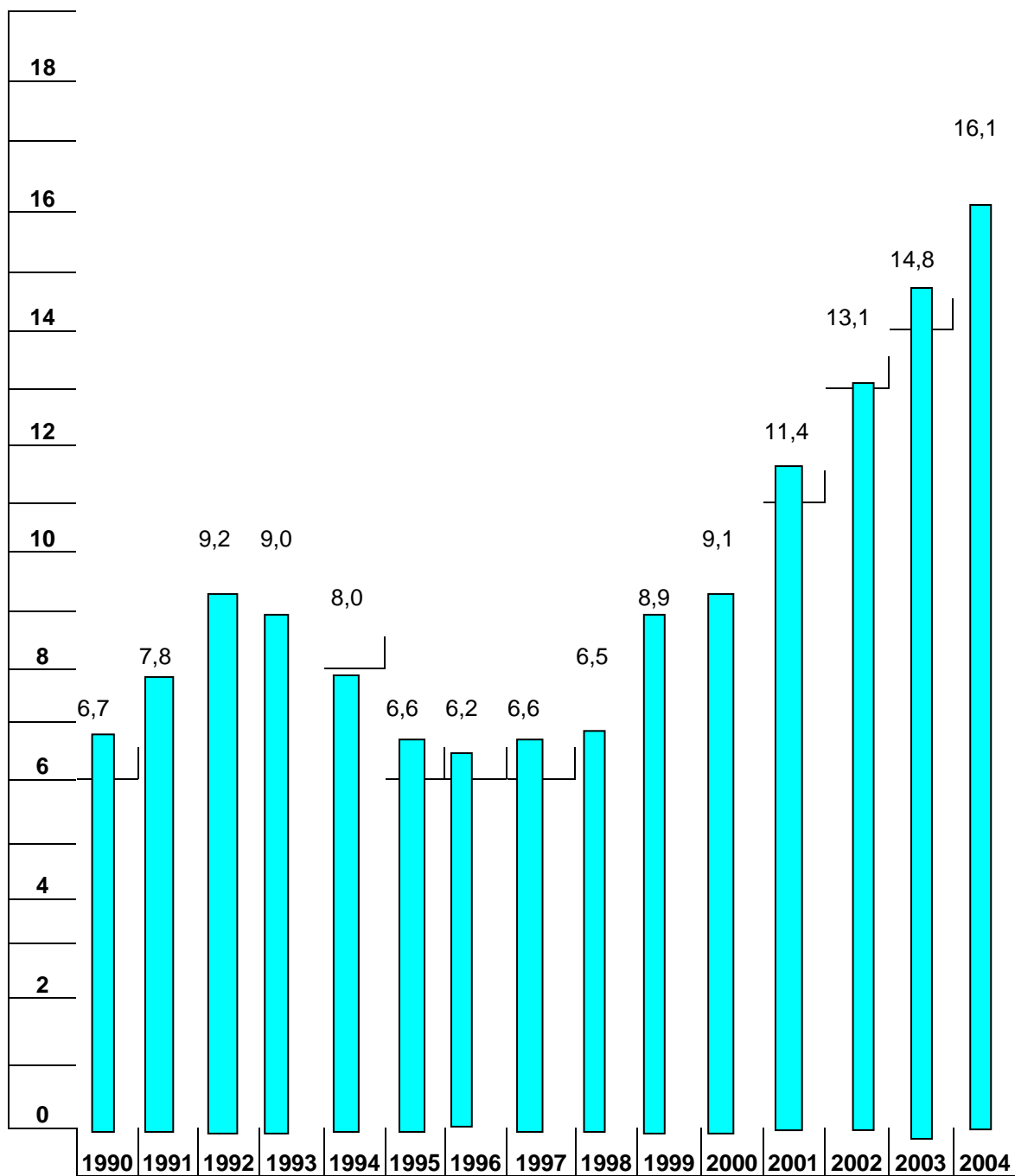


(*)2004 Previsão / forecast

Fonte: MDIC

Gráfico - 4

Participação % das Export.no PIB do Brasil 1990 / 2004



(*)2004 Previsão / forecast

Fonte:MDIC

TABELA 14

Intercâmbio Comercial Brasil / União	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Européia (US\$ MILHÕES -FOB)						
Exportações	13.736	14.784	14.856	15.405	18.461	19.870
Variação em relação a igual período do ano	-6,90%	7,60%	0,55	3,60%	19,30%	29,60%
anterior part.(%) no total das exp.Brasileiras.	28,60%	26,80%	25,50%	25,50%	25,30%	25,10%
Importações	15.046	14.070	14.822	13.134	13.043	13.003
Variação em relação a igual período do ano	-10,90%	-6,50%	5,30%	-11,40%	-0,70%	18,80%
anterior part.(%) no total das Imp.Brasileiras.	30,50%	25,20%	26,70%	27,80%	27,00%	25,50%
Intercâmbio Comercial	28.782	28.854	29.687	28.539	31.504	32.873
Variação em relação a igual período do ano	-9,00%	0,30%	2,90%	-3,90%	10,40%	25,10%
anterior part.(%) no total do com.exter.Bras.	29,60%	26,00%	26,10%	26,50%	26,00%	25,30%
Saldo comercial	-1.310	714	43	2.271	5.418	6.867
fonte:MDIC/SECEX/SISTEMA ALICE						

TABELA 15

**Exportação Brasileira Para a União Européia,
Por Principais Grupos de Produtos
2002 - 2004**

Grupos de Produtos (US\$ milhões - FOB)	2002	% no total	2003	% no total	2004 (Jan-Out)	% no total
Sementes e frutos OleagenosGrãos	1.720,50	11,20%	2.312,10	12,50%	2.409,10	12,10%
Resíduos e desperdícios das industrias	1.732,90	11,20%	1.925,20	10,40%	2.085,20	10,50%
Caldeiras, máq. aparelhos e instr. mecânico	1.010,20	6,60%	1.364,90	7,40%	1.447,90	7,30%
Minérios, escórias e cinzas	1.045,60	6,80%	1.151,80	6,20%	1.347,60	6,80%
Carnes e miudezas comestíveis	854,1	5,50%	1.114,30	6,00%	1.224,80	6,20%
Preparação de produtos hortícolas, de frutas	744	4,80%	845,9	4,60%	669,8	3,40%
Café, chá, mate e especiarias	800,9	5,20%	814,4	4,40%	891,2	4,50%
Pastas de madeira, desperdícios e aparas de papel	481,1	3,10%	687,1	3,70%	632,1	3,20%
Ferro fundido, ferro e aço	516	3,30%	659,4	3,60%	746,5	3,80%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	528	3,40%	613,1	3,30%	706,6	3,60%
Alumínio e suas obras	587,6	3,80%	564,8	3,10%	428,6	2,20%
Combustíveis, óleos, e ceras minerais	410,1	2,70%	535,3	2,90%	445,9	2,20%
Peles, exceto peleteria (pele com pelos) e couros	438,8	2,80%	438,5	2,40%	392	2,00%
Fumo (tabaco) e seus Sucedâneos manufaturados	382,7	2,50%	405,7	2,20%	445,9	2,20%
Veículos Automoveis, Tratores, Ciclos	287,1	1,90%	376,8	2,00%	401,5	2,00%
Maquinas, aparelhos e material eletricos	303,3	2,00%	343,4	1,90%	433,6	2,20%
Frutas, Caacas de frutas e de melões	196,5	1,30%	293,5	1,60%	257,4	1,30%
Movéis, mobiliário medico Cirurgicos	194	1,30%	265,4	1,40%	280,8	1,40%
Produtos quimicos Organicos	259	1,70%	258,2	1,40%	271,2	1,40%
Calçados Polainas artefatos semelhantes	206	1,30%	242,9	1,30%	281,6	1,40%
Pepração de Carnes, peixes ou de Crustáceos	195,9	1,30%	224,1	1,20%	223,4	1,10%
Subtotal	12.895,20	83,70%	15.436,70	83,60%	16.022,90	80,60%
Demais Produtos	2.509,40	16,30%	3.024,30	16,40%	3.847,10	19,40%
Total Geral	15.404,60	100,00%	18.461,00	100,00%	19.870,10	100,00%
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE						

Tabela - 16
 Importação Brasileira Originárias da União Européia
 Por Principais Grupos de Produtos - 2002 / 2004

Grupos de Proutos (US\$ milhões - FOB)	2002	% no total	2003	% no total	2004 (Jan-Out)	% no total
Caldieras,Maquinas ,aparelhos, e instru.mecânicos.	3.412,80	26,00%	3.057,30	23,40%	2.914,80	22,40%
Maquinas,aparelhos e materiais eletricos.	1.519,30	11,60%	1.464,10	11,20%	1.573,90	12,10%
Veiculos Automoveis, Tratores, Ciclos	985,9	7,50%	1.075,90	8,20%	1.041,70	8
Produtos quimicos Organicos	1.102,00	8,40%	1.074,40	8,20%	1.145,20	8,80%
Produtos Farmaceuticos	723,10	5,50%	734,00	5,60%	702,00	5,40%
Instrumentos e aparelhos de ótica,fotografia	619,10	4,70%	626,30	4,80%	631,30	4,90%
Plasticos e suas obras	564,20	4,30%	576,80	4,40%	583,60	4,50%
Produtos diversos da industria quimica	344,90	2,60%	437,50	3,40%	540,90	4,20%
Combustivel,oleos e ceras minerais	331,40	2,50%	422,80	3,20%	288,8	2,20%
aeronaves e outros aparelhos aereos	412,10	3,10%	362,20	2,80%	400,00	3,10%
Borracha e suas obras	242,70	1,80%	289,40	2,20%	241,60	1,90%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	257,40	2,00%	276,10	2,10%	294,20	2,30%
adubos e fertilizantes	184,10	1,40%	250,50	1,90%	283,40	2,20%
Papel e Cartão,obras de pasta celuloseica	182,70	1,40%	177,30	1,40%	214,30	1,60%
Subtotal	10.881,60	82,80%	10.824,50	83,00%	10.855,70	83,50%
Demais Produtos	2.252,60	17,20%	2.218,90	17,00%	2.146,90	16,50%
Total geral	13.134,20	100,00%	13.043,40	100,00%	13.002,60	100,00%

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

Gráfico - 5
Intercâmbio comercial Brasil / União Européia

